



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



26 DE AGOSTO
PALÁCIO DO PLANALTO
BRASÍLIA-DF

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE
JOSÉ SARNEY, POR OCASIÃO DA SO-
LENIDADE «PROGRAMA NACIONAL
DE DESBUROCRATIZAÇÃO PARA EM-
PRESAS ESTATAIS»

Encontram-se os Senhores aqui, hoje, pequenos e grandes empresários dos setores da produção e do comércio, para dar e receber a atenção do Governo.

Uns e outros são chamados a colaborar no esforço comum de construir um futuro do qual esta Nação se orgulhe e para o qual, efetivamente, se destina.

Dirigentes de associações de microempresas e responsáveis por grandes empresas do Brasil, todos devem dar as mãos na busca do saneamento administrativo e da burocracia no País. A carta que hoje recebo de mãos experientes e o Programa Nacional de Desburocratização para Empresas Privadas e Estatais são marcos na luta da simplificação dos métodos contra o cipoal burocrático.

Anotei atentamente os pleitos das microempresas, que no Brasil somam, com suas irmãs pequenas e médias, cerca de três milhões.

Representam elas 99% dos estabelecimentos que empregam 80% da mão-de-obra industrial. Essas pequeninas células de operosidade geram 75% da produção — com participação ainda maior nos setores do comércio e da prestação de serviços.

Essa força impressionante vem sendo, no Brasil, o herói que às vezes cai de pé. As microempresas têm no Brasil vida efêmera. Oitenta e um por cento das firmas industriais e 72% das comerciais vivem menos de 10 anos.

Esses números têm que ser revertidos.

É muito elevado o abate de tanto empreendimento corajoso. Impõe-se dar mais saúde a essa criatividade tão efêmera, embora movida por um princípio tão eterno como é o princípio da força da livre iniciativa.

Crê a Nova República que o investimento nas microempresas constitui baixo risco e produz elevado impacto social, provocando mudanças qualitativas irresistíveis na sociedade.

Além do reestudo do Estatuto das Microempresas, para modificações que sua vigência já demonstrou imperiosas, determinei o exame das opções de um programa de apoio aos pequenos que envolveriam, fundamentalmente:

— escolha de setores prioritários para resolver os graves problemas sociais e gerar o maior número possível de empregos;

- simplificação de procedimentos bancários para concessão de crédito;
- desenvolvimento de serviços de extensão, com treinamento e organização de sistemas de informação adequados ao pequeno empresário;
- criação de distritos industriais e comerciais para microempresas, com incentivo ao associativismo para realização de operações industriais, comerciais e de serviços de forma compartilhada, superando-se as desvantagens relacionadas com a pequena escala;
- garantia de mercado para determinados produtos e medidas para evitar a concorrência predatória.

Os ministros da área econômica já analisam, encaimhada pelo Programa Nacional de Desburocratização, a abertura de faixa de crédito, com aporte de Cr\$ 10 trilhões.

Nessa constelação de atos e providências, destaca-se o estudo da criação de um banco especial para pequenas e médias empresas.

Uma vez definidas alternativas e fixados contornos, esse programa representará elevada contribuição para a proposta de democratização do Governo, complementando no terreno econômico e social ações já fixadas no campo político.

Dos grandes empresários recebi, com agrado, suas proposições. Se aos pequenos nos inclinamos para dirigir o apoio governamental mais caloroso, aos grandes nos voltamos para receber o apoio solidário.

A estes observo que encetar um projeto de desburocratização no seio de suas organizações implica consa-

grar o objetivo que o Poder Público persegue, de descentralização das decisões, simplificação do trabalho administrativo, eliminação das formalidades e exigências que a experiência tem demonstrado desnecessárias.

Congratulo-me com os pequenos e os grandes empresários aqui representados. Todos, com o calor de suas presenças, puderam ressaltar o equilíbrio que, para o Marquês de Pombal, representaria «a arte de um feliz governo».